



A trajetória de uma filósofa: Maria das Graças de Souza

Jacira de Freitas

Unifesp

Patrícia Fontoura Aranovich

Unifesp

RESUMO

O percurso acadêmico da Profa. Dra. Maria das Graças de Souza é aqui apresentado sob duas formulações que se entrelaçam: uma discussão sobre seus textos teóricos e a apresentação de suas atividades, no decorrer da carreira acadêmica. A primeira parte, intitulada: “O percurso intelectual: a articulação entre História, Política e ação política”, escrita por Jacira de Freitas, discute as ideias essenciais da produção teórica da filósofa, e defende a hipótese de que nela se reflete um pensamento que articula a História, a Política e a ação política, evidenciando a preocupação em conciliar a teoria e a prática, algo que reaparece em sua atuação como professora, mas se exprime sobretudo no âmbito de seus estudos. A segunda parte do texto, intitulada “A trajetória de uma professora”, escrita por Patrícia Aranovich, debruça-se sobre as atividades desenvolvidas como professora do Departamento de Filosofia da USP, e em suas interações com os Grupos de Estudo e Grupos de Pesquisa em todo o país, assim como com seus orientandos, alunos, amigos e colegas.

PALAVRAS-CHAVE

Maria das Graças de Souza; iluminismo; materialismo; política; história; ação política.

ABSTRACT

The academic career of Prof. Dr. Maria das Graças de Souza is presented here under two formulations that intertwine: a discussion of her theoretical texts and the presentation of her activities during her academic career. The first part, entitled: “The intellectual journey: the articulation between History, Politics and political action”, written by Jacira de Freitas, discusses the essential ideas of the philosopher’s theoretical production, and defends the hypothesis that it reflects a thought that articulates History, Politics and political action, evidencing the concern in reconciling politics and political action, or even, theory and practice, something that reappears in her work as a teacher, but is expressed above all in the scope of her studies. The second part of the text, entitled “The trajectory of a teacher”, written by Patrícia Aranovich, focuses on her activities as a professor in the Department of Philosophy at USP, and on her interactions with the Study Groups and Research Groups across the country, as well as with their mentees, students, friends, and colleagues.

KEY WORDS

Maria das Graças de Souza; enlightenment; materialism; politics; history; political action.

I. O percurso intelectual: a articulação entre história, política e ação política.

A obra da Profa. Dra. Maria das Graças de Souza, professora titular do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, alinha-se à tradição crítica brasileira sobre a obra dos filósofos do Iluminismo francês, sobretudo quando se trata do pensamento rousseauiano. Essa tradição autônoma de textos críticos teve como primeiros estudos no país reconhecidos no exterior os de Bento Prado Júnior. Enraizada nesta tradição¹, que tem ainda os estudos de Salinas Fortes sobre o pensamento político e a poética, Maria das Graças tornou-se a grande expoente de uma verdadeira comunidade de interlocução e de troca de ideias sobre os autores do Iluminismo francês, que abrange um amplo espectro de pensadores, de Rousseau aos materialistas franceses. Essa interlocução viria a se constituir sobretudo a partir da criação de grupos de estudos específicos sobre o tema, coordenados por ela no Departamento de Filosofia da USP a partir de meados de 1991. Posteriormente, essa comunidade se vê ampliada com a propagação de grupos de estudos sobre o tema, em várias universidades brasileiras, por iniciativa de seus orientandos e alunos. Com o acréscimo de temas relativos ao período da Renascença até o século XVII dentre os seus interesses e pesquisas, amplia-se ainda mais o espaço de discussão e debates.

Se as obras de Maria das Graças de Souza² tornaram-se referência no país para todo estudioso que se debruce sobre o materialismo francês e a interrelação entre a obra de Rousseau e os materialistas franceses, isso se deve à sua amplitude teórico-conceitual transpassada pela clareza na exposição de suas ideias. No âmbito dos estudos das Luzes, destacam-se suas análises e traduções dos verbetes políticos da *Encyclopédia* de Diderot e d’Alembert. Estudos que demonstram que o pensamento político enciclopedista possui elementos comuns em toda a obra: o princípio da sociabilidade natural da espécie humana, o caráter convencional de todo poder político, cuja legitimidade está subordinada ao consentimento e sua vinculação à tradição jusnaturalista. Esta questão se fez presente em cursos por ela ministrados ao longo de sua carreira como professora no Departamento de Filosofia da USP, assim como em passagens dos seus textos, indicando uma preocupação legítima.

¹ Nos ensaios em que examina a questão da continuidade entre filosofia e literatura na obra de J.-J. Rousseau, destaca-se um trabalho mais extenso escrito originalmente em francês sobre a retórica de Rousseau, o discurso político e as “belas-letras”, publicado na íntegra sob o título *A Retórica de Rousseau*, com apresentação de Franklin de Matos, cujos estudos dedicam-se às concepções estéticas do filósofo genebrino e seus contemporâneos.

² A apresentação dos temas tratados pela professora Maria das Graças de Souza em seus estudos e pesquisas não se pauta pela ordem cronológica dos seus estudos, mas se organiza em função dos temas aos quais essas reflexões e estudos remetem. Aparecem aqui sobretudo os estudos que permitem fundamentar minha interpretação, segundo a qual há uma preocupação a perpassar toda a sua obra: o problema da articulação entre história, política e ação política.

Essa preocupação extrapola o âmbito teórico político e se exprime nas reflexões sobre a ação política; preocupação que se justifica no momento em que as democracias enfrentam o desafio de fazer preponderar a verdade e impedir, ou ao menos amenizar, o controle da opinião pública por setores com interesses alheios aos da maioria da população, cujos tentáculos chegam às redes sociais. De La Boétie a Rousseau e seus contemporâneos, chegando aos nossos dias, pensar o problema do consentimento nunca foi tão essencial na esfera política.

Mas a longa carreira acadêmica de Maria das Graças no Departamento de Filosofia da USP está também profundamente marcada por sua atuação junto aos grupos de estudo e de pesquisa, à fundação da ABES18 (Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII³) em 2014, e pelo trabalho de avaliação dos programas de filosofia em todo o país, do qual decorre a ampla visão que possui acerca desses departamentos e das peculiaridades da vida acadêmica nacional.

Tudo se inicia a partir da instauração do primeiro grupo de iniciação científica sob sua coordenação, no Departamento de Filosofia da USP, em 1991, com a realização de seminários semanais de Filosofia Política. Em meados de 1993, os remanescentes deste grupo de estudos reunidos sob sua coordenação passam a integrar um grupo de estudos sobre política e o pensamento de Rousseau, que viria a ser a célula inicial para a criação dos Cadernos de Ética e Filosofia Política da USP⁴, revista ainda em atividade. Em seu memorial (Souza, 1998), ao lembrar as primeiras dissertações defendidas sob sua orientação naquele período, enfatiza, como de hábito, as qualidades individuais de seus orientandos, e como o grupo foi capaz de recusar a rivalidade como forma de interação, ao adotar, em seu lugar, uma convivência não somente alegre e prazerosa, mas também estimulante do ponto de vista intelectual⁵.

³ A Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII – ABES18 foi fundada em 2014 por um grupo de pesquisadores liderados pela Profa. Dra. Maria das Graças de Souza, da qual foi presidente. Esta associação sem fins lucrativos tem por objetivo desenvolver atividades para a promoção, no Brasil, do estudo da cultura e da história do século XVIII, sobre uma base pluridisciplinar, bem como a difusão das pesquisas brasileiras neste domínio. A ABES18, como também é conhecida, é filiada à International Society for Eighteenth-Century Studies/Société Internationale d'Étude du Dix-huitième Siècle – ISECS/SIEDS.

⁴ A revista *Cadernos e Ética e Filosofia Política do Departamento de Filosofia* da USP continua em atividade desde então. Não obstante, passar por várias diferentes equipes de trabalho no decorrer do tempo, a coordenação continua a cargo da Professora Maria das Graças de Souza. A revista, em sua mais recente edição, contemplou o público com o seu número 41, que pode ser vista no link: <https://www.revistas.usp.br/cefp>.

⁵ “[...] dissertações defendidas neste período: duas tiveram por objeto Maquiavel, três trataram da filosofia política de Rousseau e uma da teoria da história em Voltaire. Gostaria de citar estes alunos, com quem muito aprendi: Jacira de Freitas Rosa, que desenvolveu sua dissertação sobre política e festa popular em Rousseau de modo maduro e independente; Patrícia Aranovich, que fez o seu trabalho sobre a questão da legitimação do poder em Maquiavel de maneira segura e sóbria; ambas, Jacira e Patrícia, continuam sob minha orientação no doutorado; José Benedito de Almeida, cujo trabalho foi sobre política e educação em Rousseau. Estes três faziam parte do grupo inicial. A eles se juntaram Ricardo Monteagudo, que defendeu um polêmico trabalho sobre o legislador em Rousseau, e que continua meu orientando agora no doutorado, Douglas Ferreira Barros, que defendeu sua

De fato, esta convivência pacífica é a marca que acaba por se imprimir ao coletivo sempre que Maria das Graças está no comando. Ela atua como uma força aglutinadora, em torno da qual a qualidade de nossas pesquisas se aprimora, na mesma medida em que o convívio acadêmico se enriquece em meio a calorosas discussões e debates. Considerando a época em que vivemos, quando a competição desmesurada e o arrebatamento dos egos narcísicos se sobrepõem nos comportamentos sociais e em todas as esferas da vida cotidiana (até mesmo no âmbito acadêmico), a capacidade de manter ao redor de si grupos de pesquisadores e estudantes espalhados por todo o país, comprometidos com a autenticidade e a cooperação mútua é, no mínimo, admirável.

Embora tenha me comprometido a tratar dos aspectos teóricos de sua vida acadêmica, quero enfatizar que a teoria e a vida aqui estão entrelaçadas, e não poderia ser diferente. Suas escolhas de temas de estudo, artigos publicados, capítulos de livro, traduções, conferências, cursos, participações em bancas examinadoras, dentre outras tantas atividades exigidas na vida acadêmica, refletem de maneira clara esta harmonia. Não pretendo em absoluto, e nem seria o caso, detectar em que medida se dá a absorção de sua personalidade em seus estudos e escritos. Menos ainda teria a pretensão de considerar seus estudos e reflexões na perspectiva de sua inserção numa tendência de pensamento. Meu propósito é demarcar o âmbito de sua atuação na vida acadêmica, as temáticas sobre as quais se debruçou com afinco, e a vinculação entre suas experiências pessoais e as ideias expostas em seus textos, ou até mesmo como tradutora e intérprete de obras clássicas.

Penso que essa vinculação evidencia sua visão de mundo, implícita ou explicitamente formulada em seus escritos, aulas e conferências, e permite situá-la em relação ao plano concreto da experiência humana, afinal, todo discurso construído por meio de estruturas que se articulam de maneira lógica não deixa de ser também a expressão de estruturas psíquicas que nos escapam. A escolha dos temas aos quais nos dedicamos é também expressão de nossas mais profundas aspirações e inquietações.

Dentre suas pesquisas destaca-se o tema da História no Iluminismo francês (Voltaire, Rousseau, Diderot, Abade Raynal, dentre outros). O pensamento iluminista sobre o saber histórico e sobre o transcurso da história, embora se beneficie da tradição

dissertação sobre o problema do enfraquecimento do Estado em Maquiavel, e Marcia Consolin, que superou as dificuldades advindas de sua transferência de outra área com muito esforço e dedicação, e apresentou sua dissertação sobre a filosofia da história de Voltaire. Continuam trabalhando comigo atualmente Eduardo Cardoso Braga e Everson Machado, que estavam no primeiro grupo, e que já foram aprovados no exame de qualificação para mestrado neste final de 98. A estes vieram se reunir, nos últimos anos, Yara Frateschi, Paulo Jonas de Lima Piva, Inara Marin, Reinaldo Abelísio Francisco, que é professor em Maputo, Moçambique, Paulo Roberto Pedroso Rocha, todos no mestrado, Marisa Russo e Marisa Donatelli, doutorandas, e os mais jovens, da Iniciação Científica, Andréa Silva e Bruno Simões. Trata-se de um grupo de alunos sérios, que trabalham muito, e entre nós não queremos deixar que vingue nenhuma rivalidade ou competição ostensiva. Ao contrário, nossa convivência é alegre e prazerosa e estimulante do ponto de vista intelectual.”

renascentista do recurso a documentos e da crítica das fontes históricas, não faz deste aspecto a sua preocupação fundamental. Nesta pesquisa, a ideia central era demonstrar que interessa àqueles autores, em sua maioria filósofos, interpretar a história passada, a partir de um certo arcabouço crítico, que lhes permita realizar a análise das instituições do Antigo Regime, e sua incompatibilidade em relação às transformações culturais e econômicas de sua época. Com o aprofundamento das reflexões e debates, surge uma pesquisa específica sobre a filosofia da história em Voltaire dedicada a examinar a obra histórica do filósofo, sua relação com a questão da imparcialidade e da fidelidade histórica, e sua fundamentação numa certa concepção de progresso.

A discussão mais importante se desenvolve em torno da questão de saber se Voltaire é um historiador filósofo ou um filósofo historiador. As reconstituições históricas, presentes em sua vasta obra historiográfica, seriam guiadas por elementos extrahistóricos ou por uma filosofia da história, segundo a qual a humanidade caminharia em direção ao melhor? Em caso afirmativo, isso significaria que o curso da história é concebido como trajetória da ignorância para o conhecimento e da servidão para a liberdade. Ainda assim, não se poderia supor um otimismo histórico voltairiano, como ocorre no caso de Condorcet. Isso porque a humanidade poderá, por um acidente qualquer, voltar a recair na barbárie.

Por essa razão, Voltaire considera tão importante a ação pedagógico-política dos homens de letras, já que ela contribuiria para o esclarecimento dos governantes e dos povos. Interessante pensar na responsabilidade atribuída, portanto, a essa “vanguarda intelectual” em sua atuação para preservar a sociedade dos malefícios de um retrocesso material e intelectual. Esta pesquisa suscita, a meu ver, importantes reflexões sobre a ação pedagógico-política dos intelectuais na condução dos destinos da nação, ou ao menos, na preservação dos valores culturais de uma sociedade. Mais uma vez, o compromisso entre teoria e prática parece aqui se revelar, ainda que discretamente, mediante a escolha do tema de pesquisa.

Talvez um certo exagero de minha parte faça encontrar, em seus textos, um Voltaire a quem cabe, mais do que qualquer outro iluminista, zelar pela luz da razão, como uma personalidade de destaque a quem cabe carregar uma tocha olímpica. Tanto na crítica à religião, quanto na condenação da intolerância ou na defesa do progresso, é sempre Voltaire que reaparece como a personificação do Iluminismo, enquanto movimento intelectual, filosófico e cultural de ideias. Não obstante a flagrante coincidência de temas de reflexão com aqueles da filosofia materialista, em Voltaire há um diferencial notável, a “razão militante”, expressão que aparece como título de um dos estudos mais conhecidos de Maria das Graças. Um artigo publicado na revista *Trans/Form/Ação* (Souza, 1984) apresenta um fecundo debate sobre a felicidade e o destino, a partir da pressuposição de dois polos de reflexão a nortear

os contos filosóficos de Voltaire. Por um lado, o caráter ambíguo das relações entre a providência divina e a humanidade, a discussão sobre existência do mal e o otimismo leibniziano. Por outro, a polêmica em torno do materialismo ateu, como ilustra o conto *História de Jenni*, usado por Voltaire como arma de combate. Aliás, o seu evidente caráter panfletário se estende praticamente à totalidade dos contos voltairianos. Ao associar o próprio curso dos acontecimentos à possibilidade de retorno à felicidade, Voltaire traz à discussão o problema da articulação entre a felicidade e o destino humano. E se a crítica ao argumento deísta da ordem do universo revela nossa ignorância acerca do ser supremo, o mal moral se explica pelo conceito de liberdade do homem.

Na obra *Ilustração e História: o pensamento sobre a História no Iluminismo francês*, publicada em 2001, o século XVIII aparece como um tempo de consonância entre a filosofia e a doutrina da sociedade, como sugere Laymert Garcia dos Santos, no Prefácio. Nessa obra, em que a concepção de História em Voltaire, Rousseau e Condorcet é esmiuçada em todos os seus desdobramentos, a discussão mais importante é aquela sobre os desígnios da humanidade, é saber se conseguiremos adentrar um estágio verdadeiramente humano, onde a justiça social se realize efetivamente, ou se iremos submergir numa nova espécie de barbárie, sem qualquer possibilidade de retorno.

Do otimismo de um Condorcet ao pessimismo histórico rousseauiano, da adesão à ideia de progresso das Luzes à sua crítica feroz, o Iluminismo sem dúvida traz uma contribuição essencial para pensar a sociedade, e, quem sabe, nos permitir chegar a um estágio de civilização em que o desenvolvimento cultural e tecnológico não representem mais qualquer ameaça à liberdade e à construção da vida democrática. Nesse sentido, a obra traz, pelas reflexões que suscita, um debate importante, sobretudo nas análises sobre o despotismo (Souza, 2001, p. 73-74) na perspectiva de Rousseau, já que a partir do estabelecimento do despotismo, segundo o filósofo, inaugura-se o reino da força, o ponto máximo no processo de degeneração da humanidade.

Analisar as origens da ideia moderna de progresso é o que se busca na pesquisa intitulada *As duas 'Novas Atlântidas' de Bacon e Condorcet: Ciência, história e sociedade*. Nesta pesquisa se propõe uma análise da origem da ideia moderna de progresso e o exame de duas diferentes utopias sobre Atlântida, a de Bacon e a de Condorcet, na perspectiva do papel da ciência na organização da sociedade. A hipótese é que o exame dessas utopias sobre a *Nova Atlântida* permitiria estabelecer uma relação entre, de um lado, a produção e a difusão do conhecimento e, de outro, as instituições políticas e as relações sociais.

O engenheiro e o navegante: o projeto de restauração das ciências em Bacon e Descartes. Sob este título se circunscreve um projeto de pesquisa que, ao proceder a uma análise comparativa de dois projetos de restauração das ciências, o de Bacon e o de Descartes,

tem em vista examinar internamente as linhas de força de cada um destes projetos inaugurais da modernidade. O que se pretende é mostrar as consequências, do ponto de vista do sistema de Descartes, de uma filosofia do sujeito: o cartesianismo expulsaria, para fora da ciência, o conhecimento das coisas propriamente humanas. O resultado disso seria a impossibilidade, para a filosofia de Descartes, de pensar a moral e a política, o que, parece, só acontece com o cartesianismo no racionalismo clássico. Por outro lado, a proposta é também analisar o projeto baconiano de restauração das ciências, com a construção de um pensamento sobre a história na modernidade, cuja ideia mestra é a noção de progresso, que irá marcar a filosofia moderna.

Esses estudos terão continuidade em *O lugar das “humanidades” no projeto da Instauratio Magna de Bacon*, uma nova pesquisa. Após abordar as linhas de força e os resultados dos empreendimentos de reforma das ciências em Descartes e Bacon, chegava-se à conclusão de que o projeto cartesiano, mesmo sendo uma filosofia do sujeito, desembocava num certo anti-humanismo, entendido como a redução das ciências do homem à física. Paradoxalmente, a empreitada baconiana, embora possa ser classificada como um projeto de filosofia da natureza, poderia ser chamada de um naturalismo humanista, na medida em que dá um lugar específico para as ciências do homem em sua “instauração magna”. Assim se impõe o aprofundamento da análise e discussão sobre o papel das “humanidades” no projeto baconiano.

Sem pretender aprofundar as questões discutidas na pesquisa, apresento somente algumas ideias centrais deste amplo estudo, que me parecem essenciais para compreender o percurso de Maria das Graças. No livro II do *Advancement of learning*, Bacon adverte que “o estudo global da natureza humana pode se tornar um saber autônomo e um conhecimento inteiro à parte”. Ele propõe a ideia de um saber misto, capaz de englobar a ciência do corpo e a ciência do espírito, além de considerar o homem em seu aspecto individual e coletivo. Nesse sentido, a história natural não corresponde à ciência da natureza, mas ao conhecimento que deve necessariamente anteceder-lá. Mais precisamente, ao conjunto ordenado de observações e descrições dos fatos particulares, a partir dos quais o intérprete da natureza realizará os procedimentos da verdadeira indução, segundo uma ordem que vai gradualmente dos dados dos sentidos aos axiomas intermediários até atingir os axiomas mais gerais. A questão é saber se esta ordem, segundo a qual a história natural é o material necessário para a construção da filosofia natural, se aplica também no caso da filosofia do homem. A hipótese defendida neste estudo baseia-se no *Advancement of learning*, que oferece alguns indícios de que este procedimento faz parte do projeto da *Instauratio Magna*. Estes indícios poderiam corresponder ao caso da medicina, da moral e da filosofia civil.

Para enfatizar a fidelidade à linha interpretativa adotada pela especialista em sua produção teórica, e colocar em evidência, uma vez mais, sua preocupação com aspectos relativos à ação política, uma passagem do *Ensaio sobre a sedição* de Bacon pode ser bastante ilustrativa:

No ensaio sobre a sedição, Bacon constrói sua reflexão a partir do paradigma da arte médica. Para evitar as sedições e tumultos, aqueles que têm o encargo de governar o Estado devem, como o médico, estar atentos aos sinais do descontentamento que podem desencadear as revoltas. Ora, o descontentamento vem de várias causas: “inovações na religião, taxas, modificações nas leis e nos costumes, suspensão de privilégios, opressão generalizada, promoção não merecida de pessoas, estrangeiros, miséria, soldados em debandada, facções dispostas a tudo e qualquer outra coisa que, ofendendo as pessoas, une-as e as lança numa causa comum”. A cura dependerá da remoção destas causas, com o estabelecimento de um bom equilíbrio no comércio, no incremento da produção, leis suntuárias, valorização da boa administração da terra, a moderação das taxas, e outras medidas para evitar o descontentamento, pois os descontentes são, no corpo do Estado, continua Bacon, “como os humores no corpo natural”, que, se não estiverem em equilíbrio, causam inchaços e inflamações. A cura, de outro lado, deve “responder à particularidade da doença, e ser deixada mais à discrição do que à regra”. Pois “aquele que sufoca os humores e faz com que as feridas internas sangrem, arrisca-se a úlceras malignas e abscessos perigosos”. Como vemos, os conselhos para o príncipe vêm claramente da tradição hipocrática (Souza, 2008, p. 22).

Assim como na tradição hipocrática, em que a função do médico é auxiliar o restabelecimento do equilíbrio a partir da interpretação de uma diversidade de dados, que abrangem desde a compleição de cada paciente até os dados específicos sobre a doença que o acomete, assim também a doença que atinge uma sociedade precisa, para ser detectada, de um especialista perspicaz para identificar os seus sinais. A filosofia política se apresenta como uma ferramenta de compreensão do real, potencialmente capaz de fornecer ao especialista os instrumentos necessários para pensar a sociedade. Penso que esta preocupação latente em conciliar a política e a ação política, ou ainda, a teoria e a prática, jamais deixou de estar presente em seus escritos e em sua atuação acadêmica. Essa inquietação engendrada pela necessidade de conciliação entre o plano teórico e a dimensão da vida cotidiana, às vezes, irrompe em algum debate, ou se exprime de maneira clara e direta, em seus textos, como na seguinte passagem:

Para terminar, gostaria de dizer que vejo atualmente muitos de meus colegas experimentarem um desencanto, às vezes difuso, outras vezes lúcido, e um certo pessimismo em relação aos rumos que a Universidade Pública vem to-

mando ultimamente, sobretudo no que diz respeito às Humanidades. Confesso que, sem deixar de lhes dar razão, não partilho inteiramente de seus sentimentos e de suas opiniões a este respeito. Embora reconheça que a Universidade tal como parece funcionar hoje em dia não corresponda mais aos nossos anseios nem à nossa concepção do que seja uma instituição pública de pesquisa e ensino, creio que tanto na USP quanto em outras universidades há focos de resistência. Foi Simone de Beauvoir quem disse que “[...] existem poucas virtudes mais tristes do que a resignação: ela transforma em fantasmas, em fantasias contingentes, projetos que antes se tinham constituído como vontade e como liberdade”. (Souza, 1998)

Sem dúvida, uma das maiores contribuições de Maria das Graças de Souza para os estudos sobre o período das Luzes francesas em nosso país foi examinar os verbetes políticos da *Enciclopédia* de Diderot e d’Alembert, e traduzir para o leitor brasileiro uma coletânea de verbetes de conteúdo político. Apesar da diversidade de autores e perspectivas que aparecem nos verbetes de conteúdo político da *Enciclopédia* de Diderot e d’Alembert, um dos maiores projetos editoriais da história da França do Iluminismo, Maria das Graças defende que o pensamento político enciclopedista está fundado em dois elementos comuns em toda a obra: o princípio de sociabilidade natural da espécie humana (diferindo assim tanto de Hobbes quanto de Rousseau); e o caráter convencional de todo poder político, cuja legitimidade só pode ser dada pelo consentimento, ainda que não haja uma teoria do contrato desenvolvida de maneira sistemática.

Curioso observar que o aspecto teórico-conceitual pertinente aos verbetes é inspirado na tradição jusnaturalista. Maria das Graças foi responsável pela tradução da *Enciclopédia*, ao lado de Pedro Paulo Pimenta, com quem organizou aquela que viria a ser considerada a mais abrangente tradução da *Enciclopédia* no país. Em 2015, a Editora da Unesp trouxe a público esta coleção de cinco volumes, que reúne 298 verbetes e ilustrações com 173 imagens reproduzidas da edição original. O volume que inaugura esta publicação brasileira da *Enciclopédia* apresenta o *Discurso preliminar de Diderot e D’Alembert*, em versão bilíngue, acompanhado de textos introdutórios. Os volumes abrangem temas relacionados ao sistema de conhecimentos, às ciências, à política, além de ética e estética.

Um dos temas mais recorrentes dos estudos de Maria das Graças é a concepção do tempo na filosofia, noção determinante para as teorias da história, que incidem sobre as doutrinas sobre a natureza do político e orientam a reflexão sobre a ação política. Os estudos desenvolvidos pela pesquisadora permitem identificar pelo menos três concepções do tempo herdadas pela modernidade da tradição clássica. Em primeiro lugar, a imagem do tempo que tudo devora, a figura do tempo parteiro da verdade e

como ocasião oportuna. Estas três imagens foram examinadas detidamente na perspectiva da obra de Bacon em sua aula apresentada no concurso para Professora Titular a Universidade de São Paulo. Em Bacon, estas imagens operam em diferentes graus, e o modo pelo qual esta herança clássica apreendida por Bacon se manifesta no pensamento político do século XVIII francês combina tanto o modelo do tempo devorador, quanto o do tempo que traz a verdade com a imagem da ocasião. É precisamente isso que irá permitir uma reflexão singular sobre a ação política.

Em sua tese de livre-docência, escrita dentro do horizonte que relaciona história, política e ação política, Maria das Graças havia se dedicado a examinar, na obra de Voltaire e Condorcet, a imagem do tempo que traz a verdade, na perspectiva da ideia de progresso e, por outro lado, a imagem do tempo que tudo devora, pela ideia rousseauista de declínio. Em outro momento, na aula de Titulação da USP, ela se dispôs a explorar o tema da ocasião, fazendo referências explícitas às fontes clássicas. Esta aula é também concebida sob o signo da relação entre história, política e ação política, na medida em que o exame da obra de Voltaire e Condorcet se concentra na ideia de tempo como ocasião. Tempo, história e ação política parecem se constituir definitivamente no tema privilegiado de suas reflexões, como mostra a seguinte passagem, que retoma os diferentes tipos de representação do tempo, ao longo da história, por vezes, atrelada ao seu sentido moral. Na aula para Professora Titular do Departamento de Filosofia, lemos:

Segundo Panofsky, há, na antiguidade, dois tipos de representação do tempo⁶. A primeira, a do tempo como *Kairós*, ou seja, como momento decisivo que marca uma inflexão na vida do homem, figura conhecida como “oportunidade”. Normalmente trata-se de uma figura de um homem jovem, que passa correndo, às vezes com asas nos ombros ou nos calcanhares, trazendo uma balança, e frequentemente com uma mecha de cabelos (que permitia agarrar a ocasião pelos cabelos). Esta alegoria da oportunidade sobreviveu até o século XI, para depois se confundir com a fortuna. Desta fusão resultou uma mulher, dotada dos atributos do *Kairós*, em equilíbrio sobre uma roda ou esfera, às vezes flutuando no mar, e que praticamente suplantou a *occasio* na arte da Idade Média e na Renascença [...]. A segunda representação do tempo, continua Panofsky, é a do tempo como *aion*, ou seja, como princípio criador eterno e inesgotável. Ora é uma figura alada com cabeça e garras de um leão, ora um belo adolescente alado, rodeado dos signos do zodíaco, e dotado de atributos de potência cósmica. O *aion*, segundo alguns críticos, teve a sua expressão latina nos termos *aetas* e *aevus*⁷ [...]. Mas há uma outra alegoria do tempo, expressa na literatura antiga latina, que associa o tempo à verdade,

⁶ Panofsky, 1967, cap. III, “Le vieux temps”.

⁷ Philipson, 1949, p. 83.

atribuindo ao primeiro a paternidade da segunda, segundo a expressão “a verdade é filha do tempo”. Segundo Saxl⁸, esta expressão tinha duas diferentes tradições: na primeira, o tempo, pai da verdade, desmascarava e punia a mentira. Esta interpretação aparece, por exemplo, nas tragédias de Ésquilo. É neste primeiro sentido que a expressão aparece no autor latino Aulo Gelio, nas *Noites Áticas* (XII, II, 6): “aqueles que cometem uma falta na esperança certa de segredo enganam-se, pois não há meio de esconder eternamente uma falta [...]. Um poeta antigo, cujo nome não me lembro, disse que a verdade é filha do tempo”. Na segunda versão, o tempo é que revela os verdadeiros valores. Mas é ainda no primeiro sentido moral que ela aparece em Sêneca, no *De ira*, onde se lê que o tempo faz a verdade aparecer (*De ira*, 2, 22, 3).” (Souza, 1998)

Em seus estudos, Maria das Graças debruça-se ainda sobre os humanistas para demonstrar que concebiam sua época à luz de metáforas clássicas. Há predomínio da imagem do tempo como pai da verdade. Isso aparece na arte: na poesia, na pintura, em encenações teatrais, e na vida cotidiana, como em moedas cunhadas⁹. Ela mostra de que maneira a Renascença italiana concebe esta imagem do tempo. Maquiavel, por exemplo, se refere a esta imagem do tempo nos *Discorsi* (I, 3): “Quando alguma malignidade está oculta por um tempo, diz Maquiavel, é por alguma oculta razão que não se conhece [...]. Mas o tempo, do qual se diz que é o pai de toda verdade, a descobre depois”. Enfim, Erasmo também retoma a alegoria em seu *Adagia*.

Maria das Graças mostra a possibilidade de se conceber a reinterpretação da Antiguidade pela Renascença, no que se refere à imagem do tempo devorador, como uma representação tardia, e nem sempre fiel às imagens da Antiguidade clássica, já que a elas se sobrepõem significações sem antecedentes. Esta “pseudomorphosis”, para usar os termos de Panovski, se manifesta na figura do “tempo velho”. Além da densidade teórica dos textos com os quais Maria das Graças nos contempla neste admirável estudo, a erudição se faz presente com a discussão e apresentação de conceitos que remetem a Plutarco, Petrarca, Platão, Aristóteles, ou imagens, como a do Saturno pintado por Rubens ou a referência ao quadro de Goya, *O tempo devorando seus filhos*.

A questão central é saber em que medida as figuras do tempo que nos chegam a partir da tradição, ainda que reinterpretadas no projeto baconiano, poderiam contribuir para pensar a ação histórica e política. Se o tempo nada mais faz do que devorar todas as coisas, como pensar a atuação dos agentes sociais e a preservação das instituições humanas? O que fazer diante da inevitável ação corrosiva do tempo

⁸ Saxl, 1936, p. 197 et seq.

⁹ A alegoria foi apropriada pela reforma inglesa, sob o reinado de Mary Stuart e, posteriormente, de Elisabeth I. Na França, na época de Maria de Médicis. Na mesma época em que vem a público o quadro de Rubens “O triunfo da verdade”, hoje no Museu Louvre. A metáfora se transforma com o neoplatonismo: o tempo revela o conhecimento verdadeiro (cf. Saxl, 1936, p. 203-211).

sobre elas? A resposta que seu texto nos sugere é que a ação histórica e política deve levar em conta a possibilidade de preservação das instituições. E é precisamente aí que se recorre às análises de Rousseau, no *Contrato Social*. Se os corpos naturais, como o corpo humano, por exemplo, têm sua existência no tempo determinada pela natureza, ao contrário, o corpo político, sendo o resultado da ação humana, poderá ter sua existência no tempo alterada, já que se trata de um artifício, tanto para mais, como para menos. De outro lado, se o advento da verdade é obra do tempo, é necessário fazer o diagnóstico da época e contribuir para a aceleração do aperfeiçoamento dos homens e das instituições. É isto que vamos encontrar, segundo Maria das Graças de Souza, no iluminismo de Voltaire e Condorcet.

Por fim, ao examinar a figura do tempo como *kairós*, ou ocasião oportuna, a partir das análises de Pierre Aubenque (2003, p. 156-159), Maria das Graças não apenas favorece a compreensão do tema, no nível teórico, como também permite ampliar nossa reflexão sobre a ação política, tema tão essencial nos dias de hoje. O *kairós* era a palavra usada pelos gregos para designar a coincidência da ação humana e do tempo e designa a ocasião favorável, o momento oportuno. Sem entrar nos meandros do texto, que expõe como o termo de origem popular irá ressurgir na Antiguidade clássica pelas mãos de Aristóteles, é preciso enfatizar que sua escolha como tema de estudos na obra da professora Maria das Graças está, a meu ver, muito mais ligada a uma maneira de estar no mundo, e até mesmo, à teoria e à prática política, do que pode parecer à primeira vista. Ele sinaliza uma necessidade de compreensão dos processos históricos e sociais, à luz da variabilidade dos indivíduos e das circunstâncias, em busca do momento oportuno de intervenção.

Sob a diversidade temática e a multiplicidade de autores, um mesmo pensar se desvela:

A unidade é dada – reconhece a própria autora – em primeiro lugar, pelo próprio objeto desses estudos: a filosofia das luzes, seus traços específicos e sua relação com a tradição. Quando me aventuro pelo pensamento de outros autores de outras correntes ou épocas, é sempre à luz dos temas da Ilustração. Por exemplo, interesse-me pela tradição epicurista, na medida em que o epicurismo apresenta traços análogos aos do Iluminismo. Lucrécio, o poeta romano representante dessa tradição, havia escrito, no *De natura rerum*, que só o verdadeiro conhecimento das coisas pode libertar os homens de seus medos. Tenho também interesse nas filosofias monistas, por sua recusa da transcendência. Gosto de ler os filósofos cujas doutrinas escapavam à ortodoxia de seu tempo: Bayle, Erasmo, Giordano Bruno, Espinosa, embora não possa dizer que conheça suas obras como especialista. Estes meus interesses costumam aparecer em meus textos sobre o século XVIII. Em segundo lugar, o que procuro investigar, no Iluminismo, é sobretudo a consideração da razão não apenas como instrumento de conhecimento, mas, assim como dizia Salinas, como

uma instância encarregada de “reger os destinos históricos do homem e conduzir à sua emancipação diante dos preconceitos do passado, assim como dirigir e organizar a vida em sociedade”. (Souza, 2005)

A hipótese aqui desenvolvida sobre esse pensar subjacente às interpretações que ela faz dos filósofos clássicos, não poderia estar inteiramente demonstrada sem a referência aos estudos dedicados à análise das teses do *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, de Condorcet, e o exame das relações entre esta doutrina e o pensamento político de Condorcet. A própria autora reconhece a raiz de seu interesse pela obra de Condorcet: ele advém do confronto entre as “luzes” e a história. Esse confronto sinaliza um embate nada desprezível, sobretudo num período crítico como aquele da Revolução Francesa. Sucessor do pensamento iluminista, Condorcet se engaja no movimento revolucionário como membro da Assembleia Constituinte, onde foi extremamente ativo, até o momento em que, sob a liderança de Robespierre, é condenado pela Convenção.

Não há dúvida de que o interesse de Maria das Graças é suscitado pelo caráter inovador deste pensamento, ao trazer à tona o enfrentamento entre a filosofia e a história concreta, fazendo-o surgir como um pensamento original, ainda que inspirado pela tradição filosófica iluminista. Esse estudo mostra o equívoco da afirmação de uma filiação legítima entre as luzes e o positivismo. Por outro lado, busca explicitar a razão pela qual um mesmo arcabouço conceitual, em situações concretas distintas, pode remeter a universos ideológicos tão díspares.

Este estudo ensaia ainda um diálogo com o artigo de Adorno sobre o progresso e com o livro de Adorno e Horkheimer sobre a dialética do esclarecimento. O admirável otimismo histórico de Condorcet, analisado à luz de seu republicanismo, é enfatizado por Maria das Graças, pois esse pensamento se elabora em circunstâncias dramáticas, sob o impacto de eventos revolucionários, dos quais é um dos principais protagonistas. Se a questão que está posta é aquela da articulação entre história, política e ação política, a indagação a ser respondida é a possibilidade de efetuarmos as necessárias transformações sociais sem rupturas dramáticas.

A história dá seu testemunho e, ao menos em nossa época, o otimismo de Condorcet parece mesmo desconectado da realidade histórico-concreta. Mas, se os rumos da civilização ainda não estão traçados, como supõe a razão iluminista, caberá aos próprios seres humanos, como sujeitos de sua própria história construir as condições históricas que os levarão à realização de seus desígnios. O percurso intelectual da Profa. Dra. Maria das Graças de Souza oferece todas as pistas que precisamos para adentrar estas reflexões e fazer a nossa parte.

Resta então, para a composição da imagem da filósofa, após tê-la mostrado como intelectual, apresentar sua trajetória de vida. Isso será feito a partir de uma entrevista

que ela nos concedeu especialmente para a elaboração desse texto, no qual serão utilizadas, frequentemente, suas próprias palavras.

II. A trajetória de uma professora

Conhecer o percurso acadêmico da professora Maria das Graças de Souza não é muito difícil; entre memoriais escritos de modo muito direto e franco e conversas ainda mais francas, quase todos os fatos e muitas das opiniões e percepções sobre a universidade e o mundo em geral são por ela mesma expostos. Mesmo aquilo que não está tão abertamente escrito e dito, e que diz respeito as suas relações com os demais – amigos, colegas, alunos e orientandos –, pode ser percebido pelo afeto e respeito que ela suscita. E, mais notadamente, pelas homenagens que antecederam sua aposentadoria, que ela insiste serem indevidas assim como, aliás, esse mesmo texto. Para quem não a conhece, tal introdução poderia levar a imaginar uma pessoa extrovertida e, ainda assim, sem ser o contrário, penso que Maria é uma pessoa discreta. Ela se diz reservada, ainda que me pareça um tipo muito peculiar de reserva.

Quando a conheci, em 1991, trinta anos atrás, ela estava no departamento de filosofia da USP havia três anos. Naquela época, eu a via como uma figura absolutamente transcendente, assim como comumente os graduandos veem seus mestres. Ao mesmo tempo, não senti nenhuma dificuldade de conversar com ela, de pedir ajuda, orientação e, quando ela ofereceu a mão, prontamente me apoderar definitivamente do braço. Não creio que isso se deva, apenas, a um excesso de familiaridade de minha parte, mas em grande medida à sua disposição para se aproximar das pessoas e valorizar as relações pessoais. Acho que ela é assim para a maioria dos seus alunos, mais ainda para seus orientandos.

A maioria das perguntas sobre sua carreira recebe de sua parte respostas relativamente simples, como se não houvesse muito mistério em fazer o que fez e faz. Em circunstâncias em que muitos exaltariam os próprios esforços, Maria das Graças trata tudo como parte do percurso e algo que quis fazer, sem menosprezar ou sobrevalorizar suas ações. Assim, perguntada sobre o porquê da criação do grupo de estudos de ética e filosofia política, logo nos primeiros anos da sua carreira na USP, ela diz que foi motivada pela iniciativa de Pablo Mariconda. Em seguida, enfatiza a imensa importância desse grupo para a formação e para o percurso acadêmico de muitos. Foi nesse espaço de convivência intelectual que tiveram início diversas e duradouras relações de amizade. Foi onde a conheci.

A mesma coisa ocorre com respeito a sua participação em cargos e comissões, que lhe valeu respeito e confiança de colegas e alunos, instigada pelo interesse pelas coisas da Universidade, pelo aprendizado e pela oportunidade de conhecer pessoas. Seu percurso pela carreira acadêmica também segue esse movimento, e a passagem

para livre docência e a titularidade são uma sequência natural da docência, em seu tempo, em sua hora. Ainda que não invoque a capacidade de apanhar o *kairós* – a ocasião favorável, isto é, aquilo que faz com que o tempo seja propício e a ação boa –, ela não rejeita a ideia de que se valeu de oportunidades ao longo da vida, o que às vezes chama também de ter tido sorte.

Fundamental para quem pretende saber quem é a Maria é a compreensão de que a escolha de ser professora é algo que a acompanha desde a infância. Um pai muito amado disse que teria enorme orgulho da filha professora e cantou-lhe o futuro em versos sobre a bela normalista. Numa nota menos poética, mas não amarga, Maria fala das circunstâncias de sua origem operária e da formação, na pequena cidade de Manhuaçu, em Minas Gerais, onde havia poucos trabalhos e profissões abertos às mulheres. O interesse pela leitura e a atitude reflexiva da menina, no entanto, não contradizem esse incentivo e o tornam sua primeira oportunidade.

É difícil saber o que é determinante em uma escolha, mas como a trajetória confirma seu início, poderíamos acreditar em uma vocação. Porém, apesar da formação para o magistério feita em uma escola de freiras, nossa normalista é antes de tudo uma iluminista ferrenha e resiste ao termo vocação por lhe soar demasiado religioso. Ser professora é algo que ela quis e quer ser, trata-se de uma vontade, de uma escolha. Maria das Graças conta que tinha três caminhos que gostaria de ter tomado: ser professora, cantora ou locutora. É realmente difícil imaginar uma pessoa discreta e reservada, como ela parece e se diz ser, escolhendo essas carreiras, sobretudo as duas últimas. Perguntada sobre essa contradição, Maria diz que sempre quis falar às pessoas e se fazer ouvir, e que essa reserva se dissipa quando está em público, pois cria uma personagem. Essa *persona*, no entanto, não se distancia, para quem a conhece, da naturalidade de si mesma, assim como sua leitura das aulas, que sempre escreve, se revela como que imediata em sua fala. Não se está distante, assim, da *sprezzatura*.

Em 1967, em decorrência de sua colaboração em projetos sociais da Igreja progressista, ela vem para São Paulo com duas amigas que participam desses projetos e com as quais vem morar. Isso será considerado pela família uma tragédia, e a “fujona”, a moça solteira que sai de casa, passa a ser um precedente de mau exemplo para as mulheres da família.

Seus primeiros trabalhos em São Paulo são como professora de cursinho e supletivo, em que dá aulas de história e filosofia, o que lhe assegura o suficiente para se manter. Em seguida, surge a oportunidade de dar aulas para o primeiro grau no colégio São Luís – na época, uma escola apenas para meninos, que jogavam futebol no recreio e voltavam para a sala muito sujos, suados e barulhentos. Como professora de classe, dava aulas de todas as matérias em uma tarefa em grande parte física

para dar conta do alunado. Nesse colégio, consegue alcançar uma situação mais estável que até mesmo lhe permite ajudar financeiramente a mãe. Desse longo período, que se estende de 1968 até 1983, ela tem boas recordações dos alunos e colegas.

Levada por seu pendor reflexivo e pelo interesse que tivera pelas aulas de filosofia ainda no colégio, Maria escolhe cursar filosofia na Universidade de São Paulo, uma universidade pública, gratuita e a melhor. Faz o cursinho específico para a área que existia então e entra na graduação em 1968. A ingenuidade que afirma ter nesse ingresso tem dois aspectos, um intelectual e outro político. Sobre a primeira, nos conta:

Uma certa ingenuidade também me acompanhava no início dos estudos. Agradava-me refletir sobre o conflito insuperável das filosofias, tema da aula inaugural apresentada naquele ano pelo professor Porchat, embora julgasse, certamente por influência de meus anseios religiosos da adolescência, que a filosofia pudesse me oferecer o sentido último das coisas e orientar a ação para a transformação do mundo. Ainda hoje guardo uma fé, purgada, é claro, mas ainda assim uma espécie de fé, no poder libertador do conhecimento racional, o que explica em parte o meu gosto pelo pensamento ilustrado. (Souza, 2005)

Frequenta o curso noturno, trabalha de dia em dois períodos, estuda nos finais de semana. Sai do colégio São Luís, na avenida Paulista, às cinco da tarde e, ao final das aulas, volta para o Tucuruvi, bairro da zona norte onde morava. Assim como outros, ela não é uma estudante de tempo integral, e isso demarca uma diferença. No entanto, participa de todas as atividades em que consegue se integrar, considerada a limitação do tempo, inclusive e sobretudo das ações políticas, sobre as quais se diz também ter sido ingênua:

Sem quase nenhuma formação política, incapaz de reconhecer pelos discursos os grupos que militavam na universidade, mas ansiosa por participar daquilo que a nós todos parecia ser o alvorecer de um novo tempo, foi com certa ingenuidade, mas com muito entusiasmo, que participei das longas assembleias no porão do prédio, das manifestações de rua, das panfletagens em portas de fábricas, da tomada da Maria Antônia, das reuniões da Comissão Paritária do Departamento de filosofia, onde, juntamente com Mauro Leonel, o Maurinho, eu era representante da classe do primeiro ano. (Souza, 2005)

Mais uma vez, como vemos, a reservada Maria das Graças está no centro dos acontecimentos e, apesar das dificuldades das muitas obrigações diárias, ela não desaparece entre os colegas de sua classe, ao contrário. Aliás, não se ouvem dela queixas de que era tudo muito corrido e não tinha tempo para nada, ao contrário, diz que saía da escola e chegava à Maria Antônia com tempo de participar das atividades, e, com tudo isso, incomoda ouvi-la dizer-se uma “aluna mediana”. O curso de filosofia

não faz parte de um plano de carreira: mais uma vez trata-se de uma escolha, de uma vontade, de uma inclinação.

Concluído o bacharelado, em 1971, Maria iniciará o mestrado em 1976, o que avalia ter sido uma carreira universitária tardia em relação aos seus colegas. Entretanto, casamento, filhos e a profissão de professora primária. Olhando para trás, ela pensa como conseguiu fazer tudo isso, sobretudo pela preocupação que tinha com as filhas, Silvana e Raquel. O período do mestrado coincide parcialmente com a estadia de dois anos e meio na França, onde faz o que jamais antes pudera: dedicar-se inteiramente aos estudos.

O fim do mestrado, em 1983, coincide com o convite para dar aulas na Unesp de Marília e, portanto, com a mudança da carreira de professora primária para universitária. Mais uma oportunidade, ela diz, de “ir para frente”. É interessante a escolha das palavras porque não se trata de ascender, ir para cima, mas de ir para frente, como se uma determinada etapa do percurso estivesse cumprida e fosse preciso avançar. Maria é muito enfática ao dizer que não se sente destacada de nada, que não se sente acima de ninguém por ter chegado aonde chegou em sua profissão. Quando outros diriam que alcançaram o topo, o modo como expressa seus movimentos faz parecer mais apropriado compreendê-los como as veredas que a levaram ao aprendizado de coisas e de pessoas novas. Dessa perspectiva, o percurso intelectual não é nem ascensão, nem acúmulo de saberes ou títulos, mas um caminho a ser trilhado. Disso decorre, talvez, a afirmação (da qual ela não se recorda, mas foi bem gravada) de que a arrogância é um mau caminho para a filosofia.

Essa mudança profissional para Marília não se deveu a questões salariais, já que não houve uma alteração significativa em relação a isso. O que cria uma grande diferença é o fato de agora ela estar muito distante do trabalho, morando em São Paulo e tendo de viajar para Marília numa viagem cansativa de seis horas, deixando as filhas em casa, para dar conta de todas as atividades na Unesp nos dois dias da semana que passa lá. Apesar do excesso de trabalho na universidade, tanto na gestão, como na docência, mais uma vez, a narrativa desse período não é feita na forma de uma queixa e mais da constatação de uma realidade.

Dois anos após o início da carreira universitária, Maria começa o doutorado, que terminará em 1990. Nesse meio tempo, ela recebe mais uma oportunidade: a indicação para ser professora no departamento de filosofia da USP. É bem engraçada a narrativa desse ingresso, pois ela teria supostamente “caído” na USP, na sequência de um processo de escolha apertado:

Meu ingresso como docente na USP, no início de 1988, foi um pouco tumultuado. A vaga disponível era precisamente aquela aberta com a morte de Salinas. Naquela época, a contratação de novos docentes era feita a partir de uma

lista de candidatos apresentados pelos professores da casa, e cujos nomes eram votados por todo o Departamento. Feita a contagem de votos, dois candidatos haviam empatado: eu e um colega mais jovem, que depois veio também a ser contratado. O desempate foi feito pelo Professor João Paulo Monteiro, que, tendo votado de início numa terceira candidata, decidiu modificar seu voto e indicar o meu nome. Assim, entrei no Departamento com o acordo de metade de meus atuais colegas mais um. Mas creio que isto não deixou nenhuma seqüela. (Souza, 2005)

De 1988 para cá, Maria das Graças tem um desenvolvimento excepcional como professora e pesquisadora, além de um empenho incomum nas questões da gestão universitária. Como ela mesma diz, os professores precisam contribuir na administração da Universidade para que ela possa ser construída e mantida segundo critérios acadêmicos, e não burocráticos ou econômicos.

Como professora, além das aulas nos cursos de graduação e pós-graduação, em que ela tem especial apreço pelos alunos do primeiro ano – “ainda ingênuos e curiosos” –, é notável sua dedicação aos orientandos de pós-graduação. Desde os grupo de estudos, dos quais saem seus primeiros orientandos, que frequentemente serão acompanhados por ela até o doutorado e o pós-doutorado, Maria é sempre receptiva a novos alunos e novos projetos, o que a leva frequentemente a “se arriscar”, como ela diz, a orientar em áreas em que não necessariamente tenha experiência prévia, e constitui um outro modo de percorrer novas trilhas, de expandir o campo dos seus conhecimentos. Arrisca-se também com as pessoas, levada menos pela disposição para escolher os que supostamente seriam os melhores alunos e pesquisadores do que de abrir oportunidades para quem quisesse estudar, inclusive para alunos de fora do departamento e de São Paulo, que comumente tinham dificuldade de conseguir orientação por não ter tido contato anterior com os professores (o que muitas vezes valeu ao departamento a acusação de endogenia). Maria está sempre com a sua cota de orientandos completa. O resultado, ao contrário do que se poderia supor, é a formação de muitos excelentes professores na área de ética e filosofia política, que hoje “povoam” os cursos de filosofia em São Paulo e pelo país afora.

Outra iniciativa da professora Maria das Graças foi a criação dos *Cadernos de Ética e Filosofia Política* da USP, que já chega aos 22 anos de existência, ao longo dos quais cresceu e se profissionalizou. Por ele passaram como editores não apenas a maior parte de seus orientandos e de outros professores da área, como agora os orientandos de seus orientandos. A esses editores, na comemoração dos 20 anos dos *Cadernos*, ela declara seu afeto com uma modéstia imoderada, como quem nada mais teria feito que dar uma oportunidade:

Esta data merece efetivamente uma comemoração: vinte anos de trabalhos realizados por equipes sucessivas de jovens editores, alunos do nosso programa de pós-graduação, que eu não poderia aqui nomear um por um, mas me dirijo a todos, desde os do primeiro número, cuja equipe era formada sobretudo pelos meus primeiros orientados no departamento, até a equipe atual, que está preparando o número 34. Eu quero parabenizar todos os membros destas equipes que, desde o primeiro número, trabalharam com muita responsabilidade, num espírito realmente democrático e também com muita amizade e alegria, superando os momentos mais difíceis, para contribuir, por meio de seu trabalho, para o debate acadêmico, para a formação dos alunos mais jovens, para a qualidade da nossa pós-graduação e para o debate político em geral. Eu amo vocês e os admiro muito. (Souza, 2019)

As respostas desses alunos e orientandos bastariam para preencher inúmeras páginas muito mais inspiradas que essas sobre a relevância de sua orientação em suas carreiras e vidas.

A intensa atuação como orientadora se deu em paralelo com uma participação muito ativa nos assuntos do departamento de filosofia, no qual é considerada, a despeito de seu posicionamento definido, como tendo sido detentora de um papel político importante como interlocutora fundamental entre colegas, funcionários e alunos. Sua atuação nas situações de tensão é calma, educada e, por isso, recebe respeito e é ouvida com atenção. Podemos, conhecendo os ambientes de discussão universitária, estimar o valor de uma pessoa que tem esse modo de se colocar frente aos demais e aos problemas mais e menos corriqueiros.

Sua trajetória como pesquisadora também confirma seu talento acadêmico e se desenvolve em estreita relação com a docência, pois no processo de orientação e ao se dispor a receber alunos vindos de outras formações e origens, desenvolveu um trabalho próprio que a torna referência nos estudos de autores como Vico, por exemplo, que a distanciam de sua área inicial, o Iluminismo. No entanto, esse distanciamento não se dá a ponto de impedi-la de se tornar, cada vez mais, uma referência nos estudos rousseauistas e iluministas, por sua atuação nos encontros e na associação do século XVIII.

Hoje aposentada, longe de descansar, Maria continua a orientar com a mesma intensidade, a dar aulas não só na pós-graduação como para os ingressantes do curso de filosofia. Não se desligou do instituto *Diversitas*, do qual participa desde sua fundação. Acumulou ainda o cargo de professora visitante na Unifesp, onde dirigiu a revista *Exilium*. Assim, a aposentadoria da atual professora sênior nada mais é que um novo período de produção, no qual ela, entretanto, lamenta a impossibilidade de participar, por restrições do cargo, das decisões do departamento, das quais se

mantém, entretanto, a par. Sua curiosidade faz com que ela não goste de estar à parte em nada.

Tenho a impressão de que esse relato não dá conta de muitas das coisas que poderiam dar um vislumbre de Maria das Graças de Souza, de sua força e vivacidade, de sua *virtù*. Talvez essa força seja obscurecida, para si e para os outros, por sua insistência de que, ao longo de sua vida, em muitos momentos teve sorte e que, portanto, olhando para trás e vendo o caminho que percorreu, não se sente “mais do que ninguém”. Por digno de elogio que seja esse espírito fraterno e igualitário, sua modéstia não pode impedir o julgamento de que ela não deveria ser grata à Fortuna senão pela ocasião. Entretanto, há algo que, com toda sua reserva, ela reafirma com força sua qualidade como docente: “sei que sou uma boa professora”.

São Paulo, Primavera de 2021.

Bibliografia

- Aubenque, P. (2003) *A prudência em Aristóteles*. São Paulo: Discurso Editorial.
- Cavallo, M. (1984) *La filosofia de Francis Bacon tra “scientia” e “sapientia”*. Firenze: Lalli Editore.
- Fattori, M. (1999) *Signum in Francis Bacon: dal mondo dal sacro ao mondo degli uomini*. IX Colloquio Internazionale, Lessico Intellettuale Europeo Atti a cura de Massimo Luigi Bianchi, Firenze, Olschki Editore.
- Goldshmidt, V. (1963) *Le système stoicien et l'idée du temps*. Paris.
- Panofsky, E. (1967) *Essais d'iconologie*. Paris: Gallimard.
- Philipson, P. (1949) “Il concetto greco de tempo nelle parole aion, chronos, kairos eniautos”. *Rivista di storia della filosofia*, fac. II, aprile/giugno.
- Saxl, F. (1936) “Veritas filiae temporis”. In: Klibansky, R.; Paton, H. J. (orgs.). *Philosophy and history. Essays presented to Ernst Cassirer*. Oxford: Clarendon Press.
- Souza, M. das G. (1984) *Imagens do Materialismo nos contos de Voltaire*. Revista Trans/Form/Ação, vol. 7, São Paulo.
- _____. (1998) Memorial de titulação – FFLCH – USP.
- _____. (2001) *Ilustração e História: o pensamento sobre a História no Iluminismo francês*. São Paulo, Discurso Editorial.
- _____. (2005) *Tempo, História e Ação política*. Aula Titulação, Departamento de Filosofia, USP.
- _____. (2008) “A Filosofia da natureza em Bacon: a herança democritiana”. In: *Filosofia & Natureza: debates, embates & conexões*. In: Santos, A. C. dos (org.). São Cristóvão, SE: Editora da UFS.

_____. (2019) Fala de Abertura da III Jornada de Ética e Filosofia Política – USP. Abril de 2019. “Os fins da política”.

Trédé, M. (1992) *Kairos – L'à propos et l'occasion, Le mot et la notion d'Homère à la fin du IV siècle*. Paris: Klincksieck.